

**BOTELHO, J. M. ORALIDADE E ESCRITA
SOB PERSPECTIVA DO LETRAMENTO**

Júlio Cesar Alves Ribeiro (FFP-UERJ)
julio.ribeiro@ensinoelite.com.br



BOTELHO, José Mario. *Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento*. Jundiaí: Paco, 2012. 189pp.

<https://www.amazon.com.br/Oralidade-Escrita-Sob-Perspectiva-Letramento/dp/8581480713>.

No livro *Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento*, o professor José Mario Botelho apresenta um estudo comprobatório sobre as influências mútuas entre a oralidade e a escrita, no qual se enfatiza que entre essas duas modalidades da língua há mais semelhanças do que diferenças.

A partir da leitura da referida obra, constata-se que, durante o processo de letramento, a fala, a comunicação oral, influencia demais o aprendizado da escrita, deixando marcas nessa nova forma de comunicação. Mais tarde, principalmente via escolarização, apresenta alto grau de semelhança com a escrita, uma vez que o aprendiz assimila muitos aspectos da linguagem formal, em virtude do aprendizado escolástico e das muitas leituras de textos escritos. Tal situação se pode observar na seguinte asserção:

Como vimos no capítulo anterior, é a escrita que, inicialmente, recebe influência da oralidade (O aluno, nesta fase, tenta representar a fala em seus escritos e, mais tarde, ao descobrir as características particulares de cada modalidade, reivindica reformas, por achar que se devia escrever como se fala.). Essa Escrita, constitui um tipo de “simulação” da fala, uma vez que o usuário pouco letrado, desprezando as características e normas que particularizam a escrita, principalmente porque não tem o conhecimento delas, submete-a às características e normas da fala. (BOTELHO, 2012, p. 63)

ou como sintetiza o autor no seguinte trecho:

Como se pode perceber essas influências constituem um ciclo: a fala, anterior ao letramento, exerce influências sobre a escrita, dando início ao que vimos chamando de isomorfia parcial; a fala, posterior ao letramento, sofre

influência da escrita, o que faz o falante executá-la conforme o que sabe da escrita. (BOTELHO, 2018, p. 654)

Nesse sentido, desconstrói-se a ideia de que a conversação e uma dissertação formal, que são protótipos de cada uma das duas modalidades da língua e, por conseguinte, contém cada uma as suas particularidades, não podem ser semelhantes. Podem, pois pertencem ao mesmo sistema linguístico, e, embora sejam distintas em virtude de suas particularidades, cujas diferenças diminuem de modo significativo ao passo que o aprendiz se insira no mundo letrado, apresentam mais semelhanças do que diferenças. Logo, num estágio avançado do ciclo de simulações contínuas, em que, segundo Botelho, “se estabelece uma oralidade de alto grau de letramento, que se pode denominar oralidade culta” (2018, p. 653), aquelas duas modalidades da língua apresentam-se semelhantes.

Em *Oralidade e escrita sob perspectiva do letramento*, o autor assevera:

A partir desse momento, viabiliza-se um terceiro, em que se cria um ciclo de influências mútuas, constantes e de difícil descrição, pois o grau de letramento é tão acentuado que já não é possível determinar a referência, a não ser de ordem processual, em que o meio de produção e a concepção de produção de que tratou Marcuschi. (p. 70)

Na introdução, Botelho destaca que tanto os estudiosos da língua (como os pesquisadores), quanto os falantes comuns percebem as inegáveis diferenças entre a oralidade e a escrita. No entanto, muitos dos usuários da língua não fazem ideia, por falta de dispositivos capazes de formular hipóteses, das causas das semelhanças entre elas (Cf. p. 11). Assim, observa-se a razão pela qual os estudos linguísticos, ao tratarem da oralidade e da escrita, sempre deram enfoque às diferenças existentes entre essas duas modalidades, o que não se verifica nessa obra. Por isso, o autor informa: “Nesta obra, nenhuma das duas modalidades será priorizada, uma vez que não constitui o objetivo do estudo determinar a relevância de uma em relação à outra; o interesse principal é constatar a semelhança entre elas, e como tal semelhança se efetiva” (p. 13).

Logo no primeiro capítulo do livro “PRINCÍPIOS TEÓRICOS: Conceitos básicos”, Botelho traz à luz o conceito de letramento a fim de elucidar a relação existente entre tal prática e o fenômeno do contínuo oralidade e escrita. O autor expõe uma série de definições da palavra “letramento”; mas adota, para constituir o eixo, no qual se ampara a análise, uma versão do termo inglês “*literacy*” (Cf. SOARES, 2001), que significa “capacidade de ler e escrever; a condição de ser capaz de ler e escrever; estado

ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever” (p. 19). Assim, infere-se que o conhecimento e o subsequente desenvolvimento da escrita culminam em resultados significativos para todos os membros de um grupo social, os quais se beneficiarão com a ampliação do repertório sociocultural e linguístico.

Depois, trata da Oralidade e da Escrita como práticas sociais (Cf. p. 21-34). Nessa direção, mostra que a língua, falada ou representada graficamente, constitui o reflexo da organização da sociedade, uma vez que estabelece relação com as representações e formações sociais (Cf. p. 21). Nessa perspectiva, a língua é um conjunto de atividades humanas, portanto integra a cultura e se molda nela, segundo Duranti (1997 *apud* Marcuschi, 2001, p. 35), que é citado por Botelho (p. 21). Nesse diapasão, a Oralidade e a Escrita também são observadas em seu funcionamento na sociedade, em seus objetivos específicos. A partir desse momento, fala-se em contexto e, conseqüentemente, em gêneros discursivos, instrumentos, os quais materializam a variedade linguística de acordo com os seus propósitos em dada situação comunicativa (Cf. p. 25).

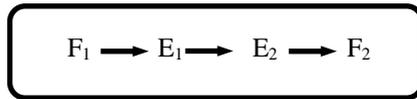
Ainda nesse primeiro capítulo, no item 4 “Oralidade e escrita na sociedade”, Botelho faz uma extensa digressão acerca das dicotomias tradicionais, que, durante muito tempo, desenharam e enfatizaram as diferenças entre oralidade e escrita (p. 25-34). O autor apresenta, à semelhança do que fez Marcuschi (2001), descreve e reflete sobre as perspectivas, que tomaram como escopo tais dicotomias: As mais conhecidas, a Visão Culturalista, a Variacionista e a Sociointeracionista – da qual o próprio Marcuschi era adepto. No item 5, desse primeiro capítulo, “O contínuo tipológico”, descreve e reflete sobre o *continuum* tipológico (primeiramente apresentado por Biber (1988), e, mais tarde, por Marcuschi (2001) na literatura brasileira); ratifica, no item 6 “O caráter isomórfico das linguagens”, o isomorfismo entre as linguagens oral e escrita em se tratando de gêneros discursivos que pertencem à mesma instância tipológica. Para exemplificar esse processo, o autor cita uma conversa (protótipo da oralidade) e uma carta familiar; um artigo acadêmico (protótipo da escrita) e uma conferência (p. 48), que devem ser analisados num contínuo tipológico. Esses pares de gêneros discursivos evidenciam a maior incidência de semelhanças linguísticas uma vez que habitam uma atmosfera comunicativa cuja variedade linguística é a mesma. Por conseguinte, fica patente que a Escrita e a Fala estão em um contínuo tipológico.

Não é difícil perceber que, embora a linguagem escrita tenha características particulares, o que a distingue da linguagem oral, há muita

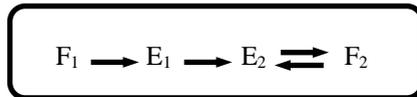
semelhança entre elas. As diferenças entre tais modalidades da língua, contudo, não se dão numa relação dicotômica de dois polos que se opõem; o contínuo tipológico entre essas práticas sociais é uma realidade. (p. 48)

Ainda nesse item 6, Botelho apresenta e discute a proposta de Kato (1987), que sugere o seguinte esquema (p. 49):

Figura 5. Direção de simulações entre fala e escrita (Cf. KATO, *op. cit.*, p. 11)



Porém, Botelho, depois de digressionar acerca desse esquema de Kato (1987) e concebendo o estágio de simulações contínuas, propõe o seguinte esquema:



É no último estágio, o qual paulatinamente se estabelece à medida que o letramento se desenvolve com a escolarização (ou leitura assídua), que se dão as influências mútuas entre oralidade e escrita, como Botelho representou acima com as setas em sentidos contrários. O autor justifica assim:

O fato de o falante aculturado ou de um certo grau de letramento (agora, como conjunto de práticas sociais) apresentar uma fala de bom nível, que se assemelha à escrita, por apresentar como característica principal a obediência às normas gramaticais e, conseqüentemente, a correção gramatical, não quer dizer que inexoravelmente tenha perdido a sua espontaneidade do falar. Logo, não ocorre exatamente uma fala-padrão, mas uma fala que se assemelha à escrita naturalmente; e como a escrita se caracteriza por apresentar-se de acordo com as normas de uso padrão, a fala que a simula introyeta naturalmente tais normas e aparenta ser padrão como a escrita. (p. 51)

No capítulo 2 “INFLUÊNCIAS MÚTUAS DE UMA MODALIDADE SOBRE A OUTRA”, a obra mostra as influências mútuas da modalidade oral sobre a escrita e vice-versa (Cf. p. 55-70).

Em “1. Influências da linguagem oral sobre a prática da escrita”, desse segundo capítulo, o autor remete aos primeiros momentos do desenvolvimento da escrita, período da vida em que a fala pauta inexoravelmente a prática da escrita, pois o aprendiz ainda não tem consciência da sua função social e da importância das práticas discursivas sociais, entendendo que escrever é apenas representar a linguagem oral. Dessa forma, as particularidades e normas da produção escrita são suplantadas pelas particularidades e normas da fala (Cf. p. 55-63). Nesse item, apresentam-se e são discutidas as seguintes marcas da oralidade nos textos escritos de aprendizes – informantes do autor em sua pesquisa de campo: 1.1. Questão da referência; 1.2. Repetições; 1.3. Marcadores discursivos; 1.4. Justaposição de enunciados, sem qualquer marca de conexão explícita; 1.5. Discurso citado; 1.6. Segmentação gráfica; e 1.7. Grafia correspondente à palavra ou sequência de palavras e autocorreção. Em cada subitem, o autor ilustra com exemplos e comenta sobre eles (Cf. p. 55-63).

Depois, nesse segundo capítulo, passa para o item “2. Influências da linguagem escrita sobre a prática da oralidade”. Nesse segmento do livro, descreve-se também como a linguagem escrita influencia a prática da oralidade, que constitui o ponto importante e inusitado da pesquisa empreendida na obra (Cf. p. 63-8). Percebe-se que, ao adquirir um considerável conhecimento a respeito das diferenças da oralidade e da escrita, o aluno, com o intuito de adentrar o universo letrado, condição que pode levá-lo à ascensão social, procura adaptar-se a uma escrita convencionalizada, socializada, que se difere da utilizada até então. A partir desse momento, a fala procura reproduzir a escrita, como demonstra o autor, que assinala as seguintes marcas da escrita nos textos orais de seus informantes: Uso de conectivos subordinativos e coordenativos, na elaboração de frases com certa complexidade estrutural; 2.2. Uso de pronome relativo; 2.3. Períodos mais longos, limitados pelo pensamento lógico; 2.4. Estruturas com verbo na voz passiva; 2.5. Nominalizações; e 2.6. Uso de elipse de termos. Também nesse item, ilustram-se muitos exemplos com comentários (Cf. p. 63-8).

Passe, então, ao item “3. Ciclo de simulações contínuas”. Nesse item, o autor volta a apresentar o esquema, porém com as devidas explicações de como se dá esse estágio de influências mútuas (p. 68-70).

E2 ⇌ F2

Para o autor, a Fala, que simula a Escrita, é produto do pós-letramento e afirma que “certamente, não se trata de um fenômeno unidirecional de influência que parte da escrita e incide sobre a oralidade” (p. 68). Nessa circunstância, a formalidade exigida pela produção escrita, nos gêneros discursivos que circulam na ambiência linguística “mais bem elaborada”, afeta a oralidade do sujeito imerso no universo do letramento.

Nesse caso, as produções escritas do aluno apresentam pouca ou nenhuma diferença da língua falada. A escolaridade produz um efeito de autocorreção, monitoramento ainda que, muitas vezes, o sujeito se encontre numa situação comunicativa coloquial. Esse aspecto linguístico é verificável no emprego dos conectivos, dos pronomes relativos e dos itens lexicais, como demonstrou o autor.

Botelho, quando aprofunda, ainda no capítulo II, a discussão a respeito de ciclo de simulações contínuas, concebe que o usuário com elevado grau de letramento consegue simular, na fala, a escrita (Cf. p. 68). Neste estágio, “torna-se difícil precisar se as marcas da escrita encontradas nas produções orais representam apenas as influências da escrita sobre a prática da oralidade ou se são fruto de influências mútuas que se processam inconscientemente no indivíduo letrado” (p. 68).

No item “1. A Linguagem Oral e a Linguagem Escrita, segundo Chafe”, do capítulo 3 “A NATUREZA DA LINGUAGEM ORAL E DA LINGUAGEM ESCRITA”, amparado em Chafe (1987), o autor descreve a natureza da Linguagem Oral e da Linguagem Escrita, sem considerá-las como práticas sociais, mas tão simplesmente como modalidades da língua, mostrando as suas respectivas particularidades a partir dos “estudos de Chafe (1987), que melhor estabeleceu as diferenças entre a linguagem oral e a linguagem escrita, apresentando uma proposta de análise, a partir da qual foi possível se estabelecer uma comparação” (p. 71-3).

Botelho cita e explicita certos estudos de Chafe (1982; 1985; 1986), em que o autor “procurou identificar mais precisamente as diferenças a serem encontradas nos dois tipos de linguagem usados por falantes e escritores, para em seguida tentar explicar as causas fundamentais de tais diferenças” (p. 71). Certamente, Chafe constatou a tal diferença, uma vez que a sua comparação se deu entre a “conversação” e a “escrita acadêmica”, que se opõem, pois se situam nos dois extremos da fala e da escrita e, no *continuum* tipológico, constituem os respectivos protótipos da fala e da escrita (Cf. “5. Contínuo tipológico”, p. 35-47). Para isso, segundo Botelho, “Chafe 1987) analisou quatro tipos de produções discursivas

coletados para um projeto de estudos: conversação e conferência (produções discursivas da oralidade), e carta e artigo acadêmico (produções discursivas da escrita)”. Constatou que tais produções discursivas são diferentes e que “algumas diferenças pareciam ser causadas pelo fato de terem sido os textos escritos ou falados” (p. 72), já que alguns fatores adicionais de uso da linguagem se referem mesmo à distinção escrito–falado (Cf. 72). Para a descrição desse estudo, Chafe “lança mão dos seguintes parâmetros: variedade de vocabulário, nível de vocabulário, construção de orações, construções de frases e envolvimento e distanciamento” (p. 73).

No parâmetro “variedade de vocabulário”, visto que não existe uma perfeita simetria entre o pensamento e a linguagem, faz-se mister um amplo conhecimento linguístico para usar apropriadamente as palavras na tradução do pensamento. Esse saber linguístico inclui um considerável repertório necessário de opções lexicais, que será mobilizado no momento propício para o usuário exprimir-se linguisticamente (Cf. 74).

Sem sombra de dúvida, a escolha do referido repertório se dá de modo diverso na fala e na escrita. A fala se concretiza no ar, é mais rápida e fluente enquanto a escrita é mais lenta, elaborada. O tempo de escolha dos itens na produção da fala é mais dinâmico, menor do que na escrita. O tempo de planejamento é confundido com o tempo de execução, pois os itens são escolhidos e imediatamente proferidos. Diferentemente da escrita, em que se pode substituir uma palavra ou expressão previamente dita, na fala, ao ocorrer uma insatisfação com o item já expresso, o usuário só pode retificar a expressão (Cf. 74-5).

Para isso, o controle daquilo que é expresso é muito mais garantido na escrita. Na fala, os usuários contam com um número menor de palavras para operarem. Diante disso, a linguagem oral apresenta um vocabulário mais restrito em variedades (Cf. 75).

No parâmetro “nível vocabular”, Botelho informa que Chafe “assume que falantes e escritores não fazem a seleção de itens lexicais de um mesmo estoque” (p. 75) e que “línguas com uma longa tradição escrita desenvolveram vocabulários parcialmente diferentes para a escrita e para a fala. Portanto, o repertório da linguagem falada não é só menor, é também parcialmente diferente do da linguagem escrita” (p. 75). Porém, Botelho parece entender que tanto escritores quanto falantes lançam mão de itens lexicais do mesmo estoque. Por isso, palavras e expressões inerentes a cada repertório existem um sem-número e aparecem normalmente em ambos os repertórios (Cf. p. 75-6). Segundo Botelho, “tal fato confirma

que, apesar de os vocabulários de cada modalidade serem característicos, itens lexicais mais ou menos formais ou coloquiais podem ser utilizados pelo falante e pelo escritor quando lhes forem convenientes” (p. 76).

No que tange à “construção das orações”, a obra, com base em Chafe (1980), expõe que mais importante que o conjunto das palavras e das expressões é o modo como se dá essa combinação (Cf. p. 76). Aqui a oração gramatical é definida como “unidade de entonação”, chamada anteriormente de “unidades de ideias”. A mencionada unidade de entonação tem as seguintes propriedades: a) é proferida com um simples e coerente contorno entonacional; b) é seguida de pausa; e c) é apropriada para ser uma frase simples. É caracterizada por ser uma oração (estruturada em verbo e complemento), no entanto pode aparecer como um fragmento de um “todo frasal” (Cf. 76).

Nesse sentido, Chafe traz a especulação de que tal unidade de entonação expressa aquilo que reside “na memória de curto prazo” do sujeito falante ou “focos de consciência” no momento da produção. Por suas limitações, a capacidade do falante em se manter atento às expressões extensas, a unidade de entonação da fala se constrói de mais ou menos seis palavras (Cf. p. 77).

Na construção de frase, verifica-se que “a função da frase na linguagem oral é problemática, mas os falantes parecem produzir uma entonação final de frase quando julgam que chegaram ao fim de uma sequência coerente. O que produz essa coerência pode variar de um momento para o outro” (p. 77). Daí, serem as frases escritas, para Chafe, mais bem planejadas do que as orais, pois os escritores dispõem de mais tempos para aperfeiçoarem unidades mais complexas (Cf. 78). Botelho informa que “unidades de entonação são as unidades naturais da fala, seu conteúdo e sua estrutura dependem da capacidade da memória de curto prazo, enquanto frases são as unidades principais da escrita, porque os escritores têm tempo para aperfeiçoar as complexas, porém coerentes estruturas frasais, as quais os falantes são obrigados a fazer rapidamente (p. 78).

Quanto ao último parâmetro comentado “Envolvimento e Distanciamento”, Botelho observa que, segundo Chafe, na linguagem falada há um envolvimento do falante com sua audiência, consigo mesmo e com a realidade concreta do que está sendo falado. A linguagem escrita carece de qualquer desses aspectos e pode mostrar indicações de distanciamento do escritor com sua audiência, consigo mesmo e com a realidade” (p. 79).

Em seguida, ainda nesse terceiro capítulo, passa-se ao item “2. A natureza da linguagem oral”, em que o autor apresenta a sua noção sobre a natureza da modalidade oral, tomando como referência as descrições dos renomados autores citados anteriormente, sobre as quais tece reflexões e ponderações.

Finalizando o terceiro capítulo, o autor passa para o item “3. A natureza da linguagem escrita”, com a apresentação de sua noção sobre a natureza da modalidade escrita, também tomando como referência as descrições daqueles renomados autores, a partir de reflexões e ponderações.

No capítulo IV – PARTICULARIDADES DA LÍNGUA PORTUGUESA, Botelho aponta para “as particularidades da estrutura frasal do português” – item 1 –, descrevendo aspectos relativos à organização dos termos no que diz respeito à ordem direta e indireta da oração na compreensão dos enunciados. Nessa parte do livro, o autor tem como base a descrição feita pela Linguística e pela Gramática Tradicional para discutir os fenômenos estruturais do português tanto na fala quanto na escrita, mostrando as semelhanças e as diferenças nessas duas modalidades, e principalmente para desenvolver o segundo e último item desse quarto capítulo, “O tópico na língua portuguesa”.

Ainda apresenta o capítulo 5 “METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO”, no qual se detalham: o “Pré-teste”, a “Seleção dos sujeitos”, o “Instrumento de testagem”, a “Aplicação do instrumento” e o “Material para a análise”.

Por fim, têm-se o sexto e último capítulo “ANÁLISE DOS DADOS”, em que se apresenta uma exaustiva e profunda análise do material coletado em cotejo. Ou seja, Botelho analisa e compara os textos orais e escritos dos seus alunos do Ensino Fundamental, que lhe serviram de informantes para o desenvolvimento de sua pesquisa para o seu Doutorado. Convém, observar que foram transcritos os 10 textos orais e 10 textos escritos pelos informantes, que serviram de escopo da referida pesquisa.

Para finalizar, o autor apresenta, de forma didática, uma série de considerações finais, que orientam a leitura do texto em si.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTELHO, José Mario. *Oralidade e escrita sob a perspectiva do letramento*. Judiaí: Paco, 2012.

_____. Como e quando se inicia o processo de efetivação de uma oralidade considerada culta, sob a perspectiva do letramento. *Revista Philologus*, Ano 24, n. 72 Sup., p. 645-58, Rio de Janeiro: CiFEFiL, set./dez.2018.

BIBER, D. *Variation across speech and writing*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

CHAFE, Wallace. The deployment of consciousness in the production of narrative. In: ____ (Ed). *The pear stories: cognitive cultural and linguistic aspects of narrative production*. Norwood; Nj: Ablex, 1980.

_____; DANIELEWICZ, Jane. Properties of speaking and written language. In: HOROWITZ, Rosalind; SAMUELS, S. Jay (Eds.). *Comprehending Oral and Written Language*. New York: Academic Press, 1987. p. 83-113

KATO, Mary A. *No Mundo da Escrita: uma perspectiva psicolingüística*. São Paulo: Ática, 2. ed. 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

ONG, W. J. *The presence of word*. New Haven: Yale University Press, 1967.

SOARES, Magda. *Linguagem e Escola: uma perspectiva social*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.